

Xingu Rio
Transmissora de
Energia S.A.

**Demonstrações financeiras em 31
de dezembro de 2021 e relatório
dos auditores independentes**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	6
Balancos patrimoniais	10
Demonstrações dos resultados	12
Demonstrações dos resultados abrangentes	13
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	14
Demonstrações dos fluxos de caixa	15
Notas explicativas às demonstrações financeiras	16



Relatório da Administração

Prezados Acionistas,

A **Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. (“XRTE” ou “Sociedade”)** apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2021.

1) A Sociedade

A Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. (“Sociedade” ou “XRTE”), foi constituída em 07 de agosto de 2015 e é uma sociedade anônima fechada, de capital privado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica).

A Sociedade é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH), esta que é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China

2) Setor elétrico – segmento de transmissão

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, por meio da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Sociedade espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados técnicos da concessão:

Extensão de linhas em km:	2.792,29
Tensão em kV:	800/500
Subestações próprias/acessadas:	3

3) Desempenho Financeiro

3.1) Receita

O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi de R\$ 1.411.911. para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022 e R\$ 1.255.776.241 para o período de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021.

3.2) Desempenho econômico-financeiro

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
• Liquidez geral	1,49	1,48
• Liquidez corrente	4,14	0,94
• Relação patrimônio líquido/ativo	32,78%	32,60%
• Relação passivo não circulante/ativo	63,88%	54,59%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	8,87%	16,14%
• Relação lucro operacional/Patr. líquido	34,79%	34,92%
Ativos totais – R\$	13.340.211.416	12.555.230.203
Lucro líquido do exercício – R\$	387.963.578	660.741.412

4) Governança corporativa

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva, e vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.

Iniciativas como a Semana da Saúde e do Bem Estar foram levadas para todas as regionais da empresa além de sua sede no Rio de Janeiro. A promoção de eventos para a criação de um bom ambiente de trabalho. O Programa de Liderança, contando com a participação de todos os seus executivos, diretores e gerentes também vem sendo incentivado e aprimorado.

A SGBH constituiu uma Divisão de Compliance e passou a implementar seu Programa de Compliance nas empresas do grupo. Desde o início de 2021, em respeito à legislação local e internacional relacionada ao compliance corporativo, a Companhia aprovou seu Código de Ética e Conduta Empresarial, implementou e continua implementando Políticas, Regras e Procedimentos de Conformidade, está promovendo a realização contínua de campanhas de comunicação e treinamentos, viabilizou o lançamento do Canal de Denúncias (externo e independente) e está conduzindo investigações internas. Além disso, o Programa de Compliance conta com apoio inequívoco da alta administração através da participação em treinamentos e comunicações internas.

Além disso a Companhia deu continuidade em sua gestão de riscos corporativos realizando o monitoramento dos riscos e reavaliando a sua matriz de forma a mantê-la atualizada e refletindo os seus riscos corporativos. Em 2021 também iniciou suas atividades centralizadas de controles internos e mapeamento de processos corporativos e realizou sua primeira auditoria interna com equipe própria local.

Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

5) Responsabilidade ambiental e social

A Sociedade vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. A Sociedade também participa de ações sociais junto à Sociedade.

6) Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Sociedade e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2022.

A Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Diretores da
Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.**
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Mensuração do ativo contratual e da receita de contrato com clientes

Veja as Notas 3.4, 9 e 15 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Conforme os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica, a Companhia é responsável pela construção da infraestrutura de transmissão para transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição.</p> <p>De acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente, a Companhia reconhece: (i) um ativo de contrato a medida em que são concluídas as obrigações de desempenho relacionadas a construção da infraestrutura, (ii) receita de operação e manutenção para o cumprimento das obrigações de performance de operar e manter o ativo previstas no contrato de concessão e (iii) receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, a partir da entrada em operação, utilizando a taxa de desconto definida no início do projeto.</p> <p>A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolveu, em seu reconhecimento inicial, o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. Espera-se que as premissas utilizadas para mensuração e reconhecimento inicial permaneçam inalteradas para as mensurações prospectivas em datas-bases subsequentes.</p> <p>Devido à especificidade e relevância dos ativos de contrato, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração reconhecidas em conjunto das demonstrações financeiras, além de possuírem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis, consideramos a atualização dessas rubricas como assunto significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">(i) Entendimento do desenho e implementação dos processos relevantes;(ii) A leitura dos contratos de concessão para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço dos contratos;(iii) Verificação, com apoio de especialistas em finanças corporativas: (a) se a metodologia de avaliação foi elaborada de forma consistente com as práticas normalmente utilizadas para determinar os fluxos de caixa e a taxa de financiamento; e (b) se as premissas (taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), e a taxa de financiamento) estão fundamentadas em dados históricos e/ou mercado e com os orçamentos aprovado pela Companhia, permanecendo inalteradas em relação as premissas utilizadas no exercício anterior;(iv) Verificação se as bases de receita utilizadas para mensuração do ativo de contrato, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração sobre o ativo de contrato são consistentes com os valores autorizados pelas resoluções homologatórias nº 2.725/2020 e nº 2.895/2021, e com os respectivos AVCs (avisos de créditos) ;(v) Verificação se os cálculos matemáticos para determinar os valores das estimativas estão adequados;(vi) A avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que a estimativa do ativo de contrato, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.</p>

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

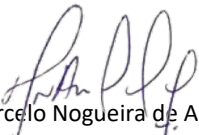
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ


Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	610.338.736	220.251.506
Concessionárias e permissionárias	6	152.522.264	139.129.270
Contas a receber - partes relacionadas	21	10.276	20.350
Adiantamento a fornecedores		1.881.268	2.104.004
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8	46.222.405	6.347.485
Outros impostos a recuperar	8	1.168.403	8.155.149
Despesas antecipadas		5.944.693	2.499.756
Ativos de contrato	9	1.275.216.345	1.188.826.995
Outros ativos circulantes		11.057.374	1.995.625
		2.104.361.764	1.569.330.140
Ativo não circulante			
Títulos e valores imobiliários	7	139.102.092	126.866.480
Despesas antecipadas			-
Ativos de contrato	9	11.084.112.394	10.851.954.458
Imobilizado		938.092	962.617
Intangível		1.468.133	1.800.851
Outros ativos não circulantes		10.228.941	4.315.657
		11.235.849.652	10.985.900.063
Total do ativo		13.340.211.416	12.555.230.203

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores – terceiros	10	204.761.781	242.113.833
Fornecedores - partes relacionadas	21	37.400	285.531
Empréstimos e financiamentos – terceiros	11	277.020.513	242.082.929
Empréstimos e financiamentos – Partes relacionadas	11	-	1.021.103.627
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	15.815.714
Outros impostos a pagar		12.365.113	33.298.092
Taxas regulamentares		7.342.297	8.667.011
Dividendos propostos	14	-	98.341.757
Outros passivos circulantes		6.392.722	6.569.676
		507.919.826	1.668.278.170
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos – terceiros	11	6.175.464.154	4.791.268.161
Impostos diferidos	12	2.258.887.139	1.972.521.415
Outras provisões - compensação ambiental		22.917.189	29.708.685
Provisão para contingências	13	1.928.191	101.955
		8.459.196.673	6.793.600.216
Patrimônio líquido	14		
Capital social		2.291.001.000	2.771.001.000
Capital a Integralizar		-	(480.000.000)
Reserva legal		87.329.667	67.931.488
Reserva de lucros		1.960.759.130	1.020.440.802
Reserva especial de lucros a realizar		-	676.330.948
Reserva de incentivos fiscais		34.005.120	37.647.579
		4.373.094.917	4.093.351.817
Total do passivo e do patrimônio líquido		13.340.211.416	12.555.230.203

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida	15	1.615.049.711	1.507.651.496
Custo de operação	16	<u>(71.183.168)</u>	<u>(76.957.119)</u>
Lucro bruto		<u>1.543.866.543</u>	<u>1.430.694.377</u>
Despesas gerais e administrativas	17	(18.964.732)	(37.771.947)
Outras receitas / (despesas) operacionais líquidas	18	<u>(3.373.619)</u>	<u>36.639.639</u>
Resultado antes do resultado financeiro		<u>1.521.528.192</u>	<u>1.429.562.069</u>
Resultado financeiro	19	<u>(896.631.670)</u>	<u>(508.549.320)</u>
Receitas financeiras		27.923.704	13.208.682
Despesas financeiras		(924.555.374)	(521.758.002)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>624.896.522</u>	<u>921.012.749</u>
IRPJ e CSLL correntes	20	18.876.070	(95.427.435)
IRPJ e CSLL diferidos	20	<u>(255.809.014)</u>	<u>(164.843.902)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>387.963.578</u>	<u>660.741.412</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	387.963.578	660.741.412
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total de resultados abrangentes	<u>387.963.578</u>	<u>660.741.412</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

	Reserva de Lucros							Total
	Capital Social	Capital a Integralizar	Reserva Legal	Reserva especial de lucros a realizar	Retenção de Lucros	Reserva de incentivos fiscais	Lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (reapresentado)	2.771.001.000	(480.000.000)	34.894.417	676.330.948	656.363.983	-	-	3.658.590.348
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	660.741.412	660.741.412
Constituição de reserva legal (Nota explicativa 14)	-	-	33.037.071	-	-	-	(33.037.071)	-
Provisão de incentivos fiscais SUDAM (Nota explicativa 14)	-	-	-	-	-	37.647.579	(37.647.579)	-
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros (Nota explicativa 14)	-	-	-	-	590.056.762	-	(590.056.762)	-
Dividendos adicionais (Nota explicativa 14)	-	-	-	-	(110.859.113)	-	-	(110.859.113)
Juros sobre capital próprio (Nota explicativa 14)	-	-	-	-	(115.120.830)	-	-	(115.120.830)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.771.001.000	(480.000.000)	67.931.488	676.330.948	1.020.440.802	37.647.579	-	4.093.351.817
Redução de capital (Nota explicativa 14)	(480.000.000)	480.000.000	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	387.963.578	387.963.578
Constituição de reserva legal (Nota explicativa 14)	-	-	19.398.179	-	-	-	(19.398.179)	-
Provisão de incentivos fiscais SUDAM (Nota explicativa 14)	-	-	-	-	-	(3.642.459)	3.642.459	-
Juros sobre capital próprio (Nota explicativa 14)	-	-	-	-	-	-	(58.645.007)	(58.645.007)
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros (Nota explicativa 14)	-	-	-	-	313.562.851	-	(313.562.851)	-
Dividendos intermediários (Nota explicativa 14)	-	-	-	-	(49.575.471)	-	-	(49.575.471)
Reversão de reserva especial de lucros a realizar (Nota explicativa 14)	-	-	-	(676.330.948)	676.330.948	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.291.001.000	-	87.329.667	-	1.960.759.130	34.005.120	-	4.373.094.917

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício antes dos impostos		624.896.522	883.365.171
Itens de resultado que não afetam o caixa			
Juros e variações monetárias dos empréstimos	11	918.656.151	515.353.400
Depreciação e amortização		789.839	584.581
Provisão para perda de crédito esperada	6	(197.881)	1.979.099
Provisão para contingência	13	1.826.236	101.953
Outras provisões - compensação ambiental		2.658.791	4.613.317
Custo de transação de financiamento	11	(27.086.250)	-
Atualização monetária		-	(104.759)
(Aumento) redução nos ativos operacionais			
Concessionárias e permissionárias	6	(13.195.114)	4.486.623
Contas a receber - partes relacionadas		10.073	-
Ativo de contrato	9	(318.547.286)	(324.657.555)
Estoques		(7.527.232)	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(39.874.920)	(6.347.485)
Outros impostos a recuperar		6.986.746	6.755.810
Adiantamentos a fornecedores e empregados		222.736	880.112
Despesas antecipadas		(3.444.934)	8.381.777
Outros ativos		(7.447.800)	(5.810.147)
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores terceiros e partes relacionadas		(37.600.184)	(267.458.748)
Juros pagos	11	(439.673.899)	(170.676.593)
Tributos e contribuições sociais		210.508.817	167.410.039
Imposto de renda e Contribuição social pagos		(53.647.998)	(33.821.660)
Outros impostos pagos		(152.973.483)	(152.479.751)
Taxas regulamentares		(1.324.714)	5.795.414
Compensação ambiental		(9.450.287)	25.095.368
Outros passivos		(176.954)	(5.833.228)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais		654.386.975	657.612.738
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição e baixa de imobilizado e intangível		(432.596)	(310.829)
Títulos e valores mobiliários		(12.235.612)	(55.520.261)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		(12.668.208)	(55.831.090)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Empréstimo captados	11	1.100.000.000	201.107.735
Empréstimo pagos	11	(1.153.866.052)	(505.986.379)
Dividendos pagos	14	(50.064.523)	(117.000.000)
Juros sobre capital próprio pagos	14	(147.700.962)	-
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento		(251.631.537)	(421.878.644)
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa		390.087.230	179.903.004
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		220.251.506	40.348.502
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		610.338.736	220.251.506

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

1 Informações gerais

A Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. (“XRTE” ou “Companhia”) é uma Companhia privada, de capital fechado constituída em 07 de agosto de 2015 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - Sala 1503, Centro no Rio de Janeiro.

A Companhia iniciou suas operações em 22 de agosto de 2019 e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

1.1 Da concessão

No dia 22 de outubro de 2015, a Companhia assinou com a União o Contrato de Concessão nº 007/2015 - ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, distribuída em:

O projeto da Companhia consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia nos estados do Pará, Tocantins, Goiás, Minas Gerais e Rio de Janeiro:

- (i) Estação conversora de corrente alternada em contínua e vice-versa, na tensão CA de 500kV e \pm 800kV junto à Subestação Xingu, no Estado do Pará; banco de transformadores conversores, equipamentos de compensação reativa e filtros de harmônica; reatores de alisamento; módulos de conexão de equipamentos, interligação de barramentos, barramentos e respectivo eletrodo de aterramento e correspondente linha de eletrodo.
- (ii) Subestação Terminal Rio, no Estado do Rio de Janeiro, com pátio em 800kV para receber a estação conversora e seus equipamentos e pátio em 500kV com dois compensadores síncronos de (150/-75) Mvar, conectados por um banco de (3x100) MVA de transformadores monofásicos e uma unidade de reserva de 100 MVA e dois transformadores 500/13,8kV - 40 MVA, para atender os serviços auxiliares.
- (iii) Estação conversora de corrente alternada em corrente contínua e vice-versa, na tensão CA de 500kV e \pm 800kV, junto à Subestação Terminal Rio; banco de transformadores conversores; equipamentos de compensação reativa e filtros de harmônicas; reatores de alisamento; módulos de conexão de equipamentos, interligação de barramentos, barramentos e respectivos eletrodo de aterramento e correspondente linha de eletrodo.

- (iv) Linha de transmissão em corrente contínua em $\pm 800\text{kV}$ entre as subestações Xingu e Terminal Rio, bipolo simples, com extensão aproximada de 2.534km com um cabo de para-raios em fibra óptica.
- (v) Linha de Transmissão em 500kV entre as subestações Terminal Rio e Nova Iguaçu, em circuito duplo, com extensão aproximada de 30km.
- (vi) Instalações vinculadas e demais instalações necessárias a funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.
- (vii) Em 14 de Outubro de 2019, a Companhia teve a sua entrada em operação com recebimento de 100% da RAP através do TLD (termo de liberação definitiva) TDLONS/620/10/2019 emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrica (ONS).

1.2 Receita anual permitida (RAP)

A RAP foi determinada em R\$988.030.985 (valor histórico estabelecido conforme o contrato de concessão) e é anualmente reajustada pelo IPCA.

Em 14 de julho de 2020, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.725/2020 estabeleceu a RAP em R\$ 1.255.776.241 (um bilhão, duzentos e cinquenta e cinco milhões, setecentos e setenta e seis mil e duzentos e quarenta e um reais) para o período de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021.

Em 13 de julho de 2021, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.895/2021 estabeleceu a RAP em R\$ 1.411.911.255 (um bilhão, quatrocentos e onze milhões, novecentos e onze mil e duzentos e cinquenta e cinco reais) para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.

A receita é faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) e está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

1.3 Coronavírus (COVID-19)

Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. A imensa maioria dos governos, nos cinco continentes, passou a adotar medidas restritivas para conter a disseminação do vírus, as quais têm potencial para afetar significativamente a economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento da incerteza econômica, considerando o aumento dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que tais medidas de mitigação da propagação da COVID-19 possam provocar.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 6 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas de atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos comerciais e de serviços, bem como investimentos emergenciais na área da saúde.

Impacto nas demonstrações financeiras

A Companhia vem analisando cuidadosamente as novas diretrizes da política governamental em resposta à pandemia, revendo seu planejamento estratégico e sensibilizando suas premissas para possíveis cenários de:

- (i) Déficits na Receita Anual Permitida (RAP), que podem vir de diferentes fontes, como déficits na conta CDE para pagar subsídios e inadimplência dos usuários do sistema, capacidade reduzida dos consumidores de pagar contas de energia e desemprego, que podem afetar o pagamento da tarifa de transmissão, que deverá ser compensado no próximo ciclo da RAP através da Parcela de Ajuste (PA).
- (ii) Impactos no fluxo de caixa que vem sendo medidos mediante simulações;

Os impactos nos anos de 2020 e 2021 foram acompanhados mensalmente, e, foram considerados irrelevantes, tanto na Receita Anual Permitida, quanto nos custos da Companhia que impactaram o Fluxo de Caixa.

No que se refere ao impacto na RAP decorrente de dificuldades relacionadas à COVID-19, este é contabilizado na conta contábil de Antecipação. Esta conta registra a diferença entre os valores arrecadados dos usuários e as receitas mensais de todas as transmissoras. Quando o valor das cobranças não é suficiente para remunerar as transmissoras ocorre o desconto. Apesar de algumas perdas serem registradas na conta ao longo de 2020, o impacto geral nas demonstrações financeiras não foi material. O valor médio do desconto de antecipação praticado em 2020 foi de 2,0% da RAP. No exercício de 2021, essa conta não registrou perdas relacionadas aos impactos do COVID-19

No que tange às despesas, se verificou que os gastos incorridos necessários ao combate à COVID-19 (Equipamentos de proteção individual, máscaras, materiais para primeiros socorros, gastos com alimentação e transporte para os funcionários que precisaram comparecer aos escritórios, exame/s médicos, apoio psicológico etc) foram integralmente contabilizados em centros de custos específicos designados para o controle dos gastos com a Covid, facilitando a apuração de seus valores, que representaram um percentual médio total das despesas de 0,1% em 2020 e 0,5 no exercício de 2021, nos montantes de R\$141.871 (cento e quarenta e um mil, oitocentos e setenta e um reais) e R\$ 400.970 (quatrocentos mil, novecentos e setenta reais) respectivamente, patamar considerado imaterial.

2 Base de preparação e apresentação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 10 de março de 2022.

2.2 Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais da concessão pelo método de ajuste a valor presente, estimativa decorrente do ativo diferido sobre prejuízos fiscais, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e impostos diferidos. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.3 Conversão de saldos em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.4 Classificação circulante versus não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3 Resumo das principais práticas contábeis

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

3.2 Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para Perda de crédito esperada (PCE) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

Conforme descrito na regra de Gestão de Recursos da Companhia o reconhecimento do contas a receber considerados incobráveis deve ser registrado em provisão para perda de crédito esperada (PCE). Para a constituição desta provisão deve ser feita uma análise criteriosa, considerando os seguintes parâmetros:

- Análise individual do saldo de cada cliente, de forma a obter um julgamento adequado dos créditos considerados difíceis de receber;
- Experiência da gestão quanto às perdas reais com clientes, ou seja, considerar o histórico de perdas, tomando como parâmetro pelo menos os últimos dois anos;
- Existência de garantia;
- Análise de contas em aberto e vencidas de clientes que renegociaram suas dívidas;
- Análise de devedores em falência.

Os parâmetros acima devem ser considerados para clientes com dívidas relevantes. Nos demais casos, a provisão para perda de crédito esperada deve incluir o valor total dos créditos classificados para clientes com faturas vencidas há mais de 360 dias

3.3 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

3.4 Ativo de concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção.

Ativo de contrato

O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente à passagem do tempo enquadram as transmissoras no CPC 47. Com isso, as contraprestações são classificadas como um “ativo contratual”.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento.

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão são registrados na rubrica “Implementação da Infraestrutura”, como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta “impostos diferidos” no passivo não circulante.

3.5 Ativo imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado são relacionados à área administrativa e referentes a ativos não vinculados ao contrato de concessão (estes que tem seu resultado registrados na nota de outras receitas e despesas operacionais) e apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

3.6 Ativo intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

3.7 Provisão para redução ao valor recuperável (*impairment*)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

3.8 Impostos

Impostos incidente sobre a Receita da Transmissão de Energia Elétrica

As receitas da Transmissão de Energia Elétrica estão sujeitas ao PIS - Programa de Integração Social, com alíquota de 1,65%, e à COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, com alíquota de 7,6%. Esses impostos são apresentados na Demonstração de Resultado (DRE) como redutor da Receita Bruta da Atividade.

Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro líquido (CSLL) – Impostos Correntes

A tributação pela sistemática do Lucro Real considera o Lucro Contábil ajustado segundo as regras tributárias dispostas pela legislação. Sobre o lucro tributável incide o IRPJ à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela que exceder R\$ 240.000 (duzentos e quarenta mil reais) no ano e a CSLL à alíquota de 9%.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

3.9 Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas que se originam de obrigações presentes resultantes de eventos passados que irão gerar desembolso de caixa futuro. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.10 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

3.11 Ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.12 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.13 Receita operacional

As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

- (a) **Receita de construção** - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

- (b) **Remuneração do ativo contratual de concessão** - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.
- (c) **Receita de operação e manutenção** - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

3.14 Instrumentos financeiros

a. Ativos financeiros

Classificação e mensuração – Conforme CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. Os instrumentos financeiros são apresentados da seguinte forma:

- **Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado** - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.
- **Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”)** - Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR :é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

- **Custo amortizado** - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.
- (i) **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)** - O CPC 48 utiliza o modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas (“impairment”) relevantes a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.
- (ii) **Baixa de ativos financeiros** - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

3.15 Fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3.16 Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes ao de mercado. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto, não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

4 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

As novas normas que não entraram em vigor, não tiveram adoção antecipada e não impactaram a Companhia até 31 de dezembro de 2021, são as seguintes:

- (a) **Contratos onerosos** - custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)- As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. A Companhia concluiu que não possui contratos onerosos em 31 de dezembro de 2021.
- (b) **Reforma de taxas de juros de referência** – Fase 2 (alterações ao CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06): As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06 relacionados a: mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, passivos financeiros e passivos de arrendamento; e contabilidade de hedge.
- (c) **Outras normas:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:
- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06)
 - Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
 - Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).
 - Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).
 - CPC 32 Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação

Não há outros CPCs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Bancos (i)	94.691.578	9.974.740
Aplicações financeiras (i)	<u>515.647.158</u>	<u>210.276.766</u>
	<u>610.338.736</u>	<u>220.251.506</u>

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e o saldo da conta reserva do BNDES e das Debêntures em um Fundo de Investimento conforme autorizado no contrato assinado entre as partes. Os CDBs e o Fundo de Investimento podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e obteve uma remuneração média em 2021 de 104,48% do CDI.

- (i) Variação refere-se principalmente a maiores receitas decorrentes do reajuste anual de RAP (correção da inflação e revisão tarifária com aumento de 12,43%), combinadas com a entrada dos recursos de debentures contratadas em Julho de 2021. Estes efeitos positivos mais do que compensaram os pagamentos de juros e amortização referentes ao empréstio com o BNDES, pagamentos de juros e amortização das Debêntures com a SGBH e pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio. Parte da sobra de caixa foi aplicada no exercício de 2021

6 Concessionárias e permissionárias

	31/12/2021	31/12/2020
A vencer (i)	145.943.290	138.104.814
Vencidas até 30 dias (i)	5.590.045	62.102
Vencidas até 60 dias	13.929	135.297
Vencidas até 90 dias	10.887	35.498
Vencidas há mais de 90 dias	<u>2.573.628</u>	<u>2.598.955</u>
	154.131.779	140.936.666
Provisão para perda de crédito esperada (PCE)	<u>(1.609.515)</u>	<u>(1.807.396)</u>
	<u>152.522.264</u>	<u>139.129.270</u>

- (i) Variação refere-se principalmente a valores a receber de descontos incidentes na TUST (CDE)

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. A Companhia constitui a provisão para perda de crédito esperada através de uma análise, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais. A PCE é suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Segue abaixo movimentação:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo em 1º de janeiro	(1.807.396)	-
Reversão	204.020	495.288
Adição	<u>(6.139)</u>	<u>(2.302.684)</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>(1.609.515)</u>	<u>(1.807.396)</u>

7 Títulos e valores mobiliários

	31/12/2021	31/12/2020
Conta reserva – Financiamentos	<u>139.102.092</u>	<u>126.866.480</u>
	<u>139.102.092</u>	<u>126.866.480</u>

Saldos apresentados como não circulante para atender as exigências referente as garantias reais do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (nota explicativa 11).

Durante todo o prazo do contrato, caso a XRTE possua Índice de Cobertura da Dívida de, no mínimo, 1,3 (um inteiro e três décimos), a mesma deve manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a três vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida. Na hipótese de o Índice de Cobertura da dívida ser inferior a 1,3 (um inteiro e três décimos), a XRTE deve preencher a conta reserva com valor correspondente a seis vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo da conta reserva atendia a referida obrigação de manter três vezes o valor do pagamento de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida, conforme previsto no contrato de financiamento com o BNDES.

8 Impostos a recuperar

Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	31/12/2021	31/12/2020
IRPJ saldo negativo (i)	31.809.782	6.342.693
CSLL saldo negativo (i)	14.406.297	2.113
IRRF a recuperar	<u>6.326</u>	<u>2.679</u>
	<u>46.222.405</u>	<u>6.347.485</u>

Outros impostos a recuperar

	31/12/2021	31/12/2020
IRRF sobre aplicação financeira (ii)	-	5.638.232
IRRF retido de clientes (ii)	-	977.296
INSS	683.522	683.522
Pis a recuperar	73.390	73.390
Cofins a recuperar	329.259	329.259
Outros	<u>82.232</u>	<u>453.450</u>
	<u>1.168.403</u>	<u>8.155.149</u>

- (i) Variação refere-se a mudança de base de cálculo referente ao IFRIC12 e IFRS15 tendo um pagamento a maior de antecipação, gerando saldos negativos.
- (ii) Variação refere-se substancialmente a compensação de impostos provisionados em 2020 através de PER/DCOMP

9 Ativo de contrato

	31/12/2021	31/12/2020
Circulante	1.275.216.345	1.188.826.995
Não circulante	<u>11.084.112.394</u>	<u>10.851.954.458</u>
	<u>12.359.328.739</u>	<u>12.040.781.453</u>

A movimentação dos saldos referentes aos ativos contratuais da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021 está assim apresentada:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	11.716.123.898
Receita de O&M	239.335.226
Receita de remuneração	1.442.547.941
Recebimentos	(1.383.894.201)
Imobilizado em curso (i)	<u>26.668.589</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>12.040.781.453</u>
Circulante	1.188.826.995
Não circulante	10.851.954.458
Saldo em 31 de dezembro de 2020	12.040.781.453
Receita de O&M (i)	248.507.845
Receita de remuneração (ii)	1.479.816.802
Recebimentos (iii)	(1.397.847.156)
Imobilizado em curso (iv)	<u>(11.930.206)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>12.359.328.739</u>
Circulante	1.275.216.345
Não circulante	11.084.112.394

- (i) Variação refere-se a receita de O&M atualizada pela inflação adotada no modelo de adoção
- (ii) Variação devido ao aumento do saldo de ativo contratual que consequentemente aumenta a receita de remuneração
- (iii) Variação refere-se a diferença entre a RAP projetada no modelo mais inflação e a RAP homologada pela ANEEL dentro do próprio ano de homologação da RAP, respeitando o princípio da competência.
- (iv) Saldo se refere basicamente a adiantamentos pré-operacionais que serão baixados conforme emissão das notas

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica, celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora), regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pelas Companhias, em que:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar.
- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede.
- Ao final da concessão, os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização.

- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela RAP, parcela garantida pelo Poder Concedente para remunerar o operador.

A infraestrutura construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS), conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, com recebimento previsto para um período de 30 anos cujos critérios de pagamento ainda serão definidos pelo Poder Concedente.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não foram identificados indicativos internos ou externos que pudessem gerar dúvidas que o ativo de contrato possa estar registrado por valor acima ao de sua recuperação.

10 Fornecedores

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para encerramento de obra (i)	132.024.138	154.876.525
Fornecedores relacionados à construção (ii)	66.301.471	82.941.344
Gastos ambientais e fundiários	53.979	255.421
Prestadores de serviços	369.134	3.459.798
Outros (iii)	6.013.059	580.745
	<u>204.761.781</u>	<u>242.113.833</u>

- (i) Refere-se a baixa da provisão de encerramento de obra em função de notas fiscais emitidas de fornecedores na fase pré-operacional. As medições continuam sendo realizadas mesmo após a entrada em operação em função do cronograma de pagamentos estabelecidos com os fornecedores, cujo encerramento está previsto para o exercício de 2022.
- (ii) Variação refere-se à pagamentos de finalização de contratos com Epecistas referente à fase pré operacional.
- (iii) Variação refere-se a novas apólices de seguros patrimonial e de responsabilidade civil.

11 Empréstimos e financiamentos

a. Total da dívida com terceiros

Descrição	Início	Vencimento	Garantidor	Encargos	31/12/2021	31/12/2020
BNDES subcredito A e B (a)	nov/18	nov/42	SGBH	IPCA+5,62%	5.316.889.243	5.032.183.471
BNDES subcredito C (a)	Jun/20	Out/38	SGBH	IPCA +5,22%	1.360.658	1.167.619
Debentures (b)	jul/21	dez/34	SGBH	IPCA+4,8304%	1.134.234.766	-
					<u>6.452.484.667</u>	<u>5.033.351.090</u>
Circulante - terceiros					277.020.513	242.082.929
Não circulante - terceiros					6.175.464.154	4.791.268.161
					<u>6.452.484.667</u>	<u>5.033.351.090</u>

b. BNDES - Direto

Em 01 de novembro de 2018, em Assembleia Geral Extraordinária, foram deliberadas (i) as condições do Contrato de Financiamento de longo prazo firmado entre a XRTE e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”), assim como (ii) a celebração do Contrato de Cessão Fiduciária e (iii) celebração do Contrato de Penhor de Ações, como interveniente. As aprovações indicadas referem-se à abertura de crédito direto em favor da XRTE no valor de até R\$ 5.213.550.000 (cinco bilhões, duzentos e treze milhões, quinhentos e cinquenta mil reais), indexado à TLP (IPCA + 3,10%) + 2,52% para os subcréditos A e B e TLP (IPCA + 3,10%) + 2,12 para o subcrédito C.

Em 21 de dezembro de 2018 a Companhia recebeu o primeiro desembolso do contrato de financiamento no valor de R\$ 3.606.505.000 (três bilhões, seiscentos e seis milhões, quinhentos e cinco mil reais) junto ao BNDES e em 27 de dezembro de 2018 foram quitadas a primeira, segunda e quinta emissões de debêntures, com o pagamento do principal e juros.

Em 29 de janeiro de 2019 a Companhia recebeu o segundo desembolso do contrato de financiamento no valor de R\$ 817.237.447 (oitocentos e dezessete milhões duzentos e trinta e sete mil e quatrocentos e quarenta e sete reais) junto ao BNDES.

Os subcréditos A e B serão pagos em 268 (duzentos e sessenta e oito) parcelas mensais e sucessivas. A primeira parcela venceu em 15 de junho de 2020 e a última vencerá em 15 de outubro de 2042.

Em 19 de junho de 2020 a Companhia recebeu o primeiro desembolso relativo ao subcrédito “C” no valor de R\$ 1.107.735 (um milhão, cento e sete mil, setecentos e trinta e cinco reais) junto ao BNDES

O subcrédito “C” será pago em 199 (cento e noventa e nove) parcelas mensais e sucessivas. A primeira parcela vencendo em 15 de abril de 2022 e a última vencerá em 15 de outubro de 2038.

c. Debentures

Em 25 de junho de 2021 foi celebrado o Instrumento Particular de Escritura da 7ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, com desembolso em 02 de julho do mesmo ano no valor de R\$ 1.100.000.000 (um bilhão e cem milhões de reais), sendo a primeira amortização em 15 de dezembro de 2021 com o término em 15 de dezembro de 2034.

A partir da data de emissão incidirá sobre o valor nominal unitário a taxa de juros equivalentes a IPCA + 4,8304% a.a.

As garantias que suportam o financiamento são compartilhadas com o BNDES, sendo as Contas Reservas constituídas no valor de 3 vezes o serviço da dívida considerando juros e amortização.

(i) Garantias

- Penhor da totalidade das ações da Companhia de direito da SGBH.
- Cessão dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão.

- Constituição de contas centralizadora e reserva para cumprimento do serviço da dívida.
- Garantia corporativa da SGBH até completion físico-financeiro do projeto.

As garantias prestadas no âmbito do contrato do BNDES permanecem válidas.

(ii) Covenants

A Companhia deve apresentar a memória de cálculo do índice de cobertura da dívida, conforme Contrato de Financiamento com o BNDES. A metodologia de cálculo consiste em dividir a Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida, que deve ser igual ou superior a 1,3.

Os covenants são calculados a partir das informações contábeis regulatórias registradas e auditadas conforme contrato com o BNDES, Anexo – Fórmula de Cálculo do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida.

Abaixo está o cálculo do índice referente ao período de 31 de dezembro de 2021:

(Valores em milhares de Reais, exceto pelo índice calculado)

A) Geração de Caixa	1.176.586
(+) EBITDA	1.230.234
(-) Pagamento de IR + CS	(53.648)
B) Serviço da Dívida	556.120
(+) Amortização de dívida	247.034
(+) Pagamento de juros	309.086
Índice de cobertura do serviço da dívida (A/B)	2,1

O LAJIDA (EBITDA) corresponde ao somatório dos itens abaixo discriminados:

(+/-) Lucro/Prejuízo antes do IR
(+/-) Resultado Financeiro Líquido
(+/-) Resultado de equivalência
(+) Depreciações e amortizações
(+/-) Perdas (desvalorização) por *Impairment*
(+/-) Lucro/Prejuízo na alienação de imobilizado, investimentos ou intangíveis

O Índice de Capitalização, de acordo com o referido contrato deve ser igual ou superior a 20%, conforme cálculos abaixo:

Patrimônio Líquido (A)	2.311.157
Ativo Total (B)	9.019.386
Índice de Capitalização (A/B)	26%

d. Total da dívida com partes relacionadas

Descrição	Início	Vencimento	Garantidor	Encargos	31/12/2021	31/12/2020
SGBH	jul/18	dez/21	N/A	108% CDI	-	1.021.103.627
					<u>-</u>	<u>1.021.103.627</u>
Circulante					-	1.021.103.627
Não circulante					<u>-</u>	<u>-</u>
					<u>-</u>	<u>1.021.103.627</u>

Debentures parte relacionadas

Em 13 de julho de 2018, em assembleia geral extraordinária, a Companhia deliberou as condições de sua terceira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única e com colocação privada, sendo a State Grid Brazil Holding S.A. (“SGBH”) a destinatária das debêntures (debenturista). Tendo como principais características: prazo de vigência contado a partir da data de emissão até 30 de abril de 2020; taxa de juros igual a 108% do CDI e remuneração a ser paga integralmente na data do vencimento, por ocasião do resgate antecipado por ocorrência do vencimento antecipado ou por outros motivos previstos na Escritura de Emissão. Foram emitidas 440.000 (quatrocentas e quarenta mil) debêntures, no valor de R\$ 440.000.000 (quatrocentos e quarenta milhões de reais), com valor nominal unitário de R\$ 1.000 (mil reais). Sua subscrição e integralização ocorreu no dia 16 de julho de 2018.

Em 31 de julho de 2018, foram deliberadas as condições de sua quarta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 3 (três) séries e com colocação privada, sendo a State Grid Brazil Holding S.A. (“SGBH”) a destinatária das debêntures (debenturista). Tendo como principais características: prazo de vigência contado a partir da data de emissão até 30 de abril de 2020; taxa de juros igual a 108% do CDI e remuneração a ser paga integralmente na data do vencimento, por ocasião do resgate antecipado por ocorrência do vencimento antecipado ou por outros motivos previstos na Escritura de Emissão. Foram emitidas 790.000 (setecentas e noventa mil) debêntures, no valor de R\$ 790.000.000,00 (setecentos e noventa milhões de reais); com valor nominal unitário de R\$ 1.000 (mil reais). Sua subscrição e integralização ocorreu em 2 de agosto de 2018 no valor de R\$ 360.000.000,00 (trezentos e sessenta milhões de reais), 27 de agosto de 2018 no valor de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) e 3 de setembro de 2018 no valor de 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de reais). As destinações dos recursos tiveram como finalidade investimentos, contratação de serviços e liquidação/amortização de dívidas relacionadas à implantação das instalações de transmissão descritas no Contrato de Concessão nº 07/2015 - Aneel. Essas operações foram aprovadas pela Aneel através do Despacho nº 1465, datado de 3 de julho de 2018.

Em janeiro de 2019, a XRTE pagou parcialmente seu empréstimo, amortizando R\$ 130.000.000 (cento e trinta milhões) da dívida total.

Em 20 de dezembro de 2019, foram deliberadas as condições de sua sexta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única e com colocação privada, sendo a State Grid Brazil Holding S.A. (“SGBH”) a Companhia destinatária das debêntures (debenturista). As principais características são: prazo de vigência contado a partir da data de emissão até 26 de dezembro de 2020; taxa de juros igual a 108% do CDI e remuneração a ser paga integralmente na data do vencimento, por ocasião do resgate antecipado por ocorrência do vencimento antecipado ou por outros motivos previstos na Escritura de Emissão. Foram emitidas 200.000 (duzentos mil) debêntures, no valor de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais); com valor nominal unitário de R\$ 1.000 (mil reais). Sua subscrição e integralização ocorreu no dia 03 de janeiro de 2020.

Em 30 de abril de 2020, foi realizada a assembleia geral extraordinária, tendo deliberado a alteração de termo e condição das debêntures objeto das 3ª e 4ª emissões de debênture simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, entre a XRTE, na qualidade de emissora das debêntures e a SGBH, na qualidade de debenturista. Os acionistas resolveram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, inclusive tendo aval do debenturista, a alteração da data de vencimento, de modo que as debêntures passarão a ter prazo de vencimento final em 31 de dezembro de 2021.

Em 14 de outubro de 2020 O BNDES aprovou a utilização de recursos da Receita Anual Permitida (“RAP”) extraordinária, provenientes da antecipação da operação comercial do projeto, para quitação de empréstimo de curto prazo obtido com o acionista State Grid Brazil Holding S.A. até o valor de R\$423.000.000 (quatrocentos e vinte e três milhões).

Em 5 de novembro de 2020, a XRTE pagou parcialmente um de seus empréstimos, amortizando R\$ 193.168.232 (cento e noventa e três milhões, cento e sessenta e oito mil e duzentos e trinta e dois reais) da dívida total e quitou integralmente as debentures emitidas em 2020 no valor de R\$ 200.000.000 (duzentos milhões de reais) e juros no valor de R\$ 29.831.767,74 (vinte e nove milhões, oitocentos e trinta e um mil, setecentos e sessenta e sete reais e setenta e quatro centavos) conforme aprovado pelo BNDES.

No dia 15 de julho de 2021, a Companhia quitou integralmente o empréstimo das Debêntures com a SGBH no valor total de principal e juros de R\$ R\$ 1.037.418.815 (um bilhão e trinta e sete milhões e quatrocentos e dezoito mil e oitocentos e quinze reais).

e. **Movimentação dos empréstimos e financiamentos**

Financiador	Saldo inicial Bruto 31/12/2020	Juros, variação monetária e cambial	Liquidação juros	Novas captações	Liquidação principal	Custo de transação a amortizar	Saldo final Bruto 31/12/2021
BNDES	5.033.351.090	810.178.052	(284.048.900)	-	(241.230.341)	-	5.318.249.901
Debentures	-	92.162.911	(25.037.952)	1.100.000.000	(5.803.943)	(27.086.250)	1.134.234.766
SGBH (i)	<u>1.021.103.627</u>	<u>16.315.188</u>	<u>(130.587.047)</u>	<u>-</u>	<u>(906.831.768)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>6.054.454.717</u>	<u>918.656.151</u>	<u>(439.673.899)</u>	<u>1.100.000.000</u>	<u>(1.153.866.052)</u>	<u>(27.086.250)</u>	<u>6.452.484.667</u>

Financiador	Saldo inicial Bruto 31/12/2019	Juros, variação monetária e cambial	Liquidação juros	Novas captações	Liquidação principal	Saldo final Bruto 31/12/2020
BNDES	4.811.050.857	474.855.470	(140.844.825)	1.107.735	(112.818.147)	5.033.351.090
SGBH (i)	-	5.278.578	(5.278.578)	200.000.000	(200.000.000)	-
SGBH (i)	<u>1.203.605.697</u>	<u>35.219.352</u>	<u>(24.553.190)</u>		<u>(193.168.232)</u>	<u>1.021.103.627</u>
Total	<u>6.014.656.554</u>	<u>515.353.400</u>	<u>(170.676.593)</u>	<u>201.107.735</u>	<u>(505.986.379)</u>	<u>6.054.454.717</u>

f. Fluxos de pagamentos futuros da dívida (longo prazo):

	Amortização
2023	299.352.956
2024	327.394.993
2025	367.253.034
2026	398.421.656
2027 - 2042	<u>4.783.041.515</u>
	<u>6.175.464.154</u>

12 Impostos diferidos ativos e passivos

Os tributos diferidos ativos foram constituídos sobre o prejuízo fiscal. Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia.

	31/12/2021	31/12/2020
IR e CSLL Diferidos Ativo (prejuízo fiscal)	49.186.948	72.158.720
IR Diferido Passivo	(861.033.885)	(689.830.030)
CSLL Diferida Passiva	(309.972.199)	(248.338.811)
Pis Diferido Passivo	(202.828.346)	(197.377.690)
Cofins Diferido Passivo	<u>(934.239.657)</u>	<u>(909.133.604)</u>
	<u>(2.258.887.139)</u>	<u>(1.972.521.415)</u>

As variações dos tributos diferidos são as seguintes

	Ativo	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2020	72.158.720	(2.044.680.134)
Efeitos reconhecidos no resultado pis e cofins diferidos	-	(30.556.711)
Efeitos reconhecidos no resultado IR e CSLL diferidos	<u>(22.971.772)</u>	<u>(232.837.242)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>49.186.948</u>	<u>(2.308.074.087)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	113.483.392	(1.893.584.466)
Efeitos reconhecidos no resultado pis e cofins diferidos	-	(27.576.439)
Efeitos reconhecidos no resultado IR e CSLL diferidos	<u>(41.324.672)</u>	<u>(123.519.230)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>72.158.720</u>	<u>(2.044.680.135)</u>

13 Provisão para contingências

Contingências prováveis (provisionadas)

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis, trabalhistas e outros assuntos.

A Companhia, constitui provisões para riscos cíveis e trabalhistas, em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso para processos legais quando é provável de acontecer um desembolso de caixa futuro por conta de uma obrigação presente proveniente de um evento passado e com base na opinião de seus assessores jurídicos, internos e externos, e na análise das demandas judiciais pendentes.

Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas, conforme segue

	31/12/2021	31/12/2020
Cível	525.272	-
Trabalhista	<u>1.402.919</u>	<u>101.955</u>
	<u>1.928.191</u>	<u>101.955</u>

Nesse sentido, a movimentação do saldo de provisões prováveis da Companhia está apresentada a seguir:

	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	101.955	-	101.955
Adições e reversões, líquidas (i)	514.223	1.247.015	(2.792)	1.758.446
Atualizações monetárias	11.049	53.949	2.792	67.790
Saldo em 31 de dezembro de 2021	525.272	1.402.919	-	1.928.191
			Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019			101.955	101.955
Adições e reversões, líquidas (i)			-	-
Atualizações monetárias			-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020			101.955	101.955

- (i) As adições e as reversões ocorreram, basicamente, em razão da movimentação dos processos, com ocorrência de decisão judicial e com encerramento de processos trabalhistas, tributários e cíveis, em alguns casos com desembolso e em outros sem a necessidade de realização de pagamento. Portanto, houve conversão de valores em favor da Companhia e suas controladas; e as provisões constituídas referem-se à riscos cíveis, referentes a, por exemplo, indenizações por faixa de servidão, as trabalhistas dizem respeito a verbas contratuais legais de empregados de terceiros, e as tributárias referem-se a manifestações de inconformidade referentes a compensações de impostos e contribuições federais (IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, IRRF e CSRF) não homologadas pela RFB.

Contingências possíveis (não provisionados)

As causas classificadas com expectativa de perda considerada possível estão relacionadas a riscos cíveis, servidões, trabalhistas, fiscais e ambientais, conforme segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Cíveis (i)	1.088.106	1.376.870
Servidões (ii)	10.000	596.130
Trabalhistas (iii)	1.688.271	3.049.150
Fiscais (iv)	4.223.732	3.758.406
Ambientais (v)	418.500	403.500
	7.428.609	9.184.056

- (i) **Processos Cíveis**–. Tratam-se de ações judiciais nas quais se discute cobrança e obrigações contratuais, sendo que os principais feitos são os seguintes: Processos número 0288724-27.2019.8.19.0001, 0153402-64.2021.8.19.0001 e 0154389-03.2021.8.19.0001, todos do Rio de Janeiro, 5000432-96.2020.8.13.0388, de Minas Gerais.
- (ii) **Servidões** – Trata-se de ação judicial objeto do Processo nº 0000173-43.2016.8.19.0039, do Rio de Janeiro, na qual se discute a constituição de servidão de passagem para implantação de torres destinadas a suportar linhas de transmissão de energia elétrica.
- (iii) **Processos Trabalhistas** – O risco é composto por reclamações trabalhistas ajuizadas por empregados internos e de Companhias terceirizadas, nas quais se discute o pagamento de verbas contratuais legais e seus reflexos. Os principais casos nos quais se discute os temas aqui referidos são os seguintes: processo nº 0100837-66.2020.5.01.0048, 0100311-47.2020.5.01.0421 e 0101080-89.2019.5.01.0421, do Estado do Rio de Janeiro, 0000195-85.2021.5.08.0103, 0000195-85.2021.5.08.0103 e 0000160-28.2021.5.08.0103, do Estado do Pará.
- (iv) **Processos Fiscais** – Referem-se a cobranças de ISS e ICMS apresentadas por Municípios decorrentes principalmente da implantação de torres nas referidas localidades e que não são reconhecidas pela companhia. As principais ações nas quais esses temas são discutidos são as seguintes: Processos número 0001221-03.2019.8.27.2725, 0001987-56.2019.8.27.2725, 0001047-85.2019.8.27.2727 e 0001160-39.2019.8.27.2727, todos Estado do Tocantins, 0800208-51.2021.8.14.0065, 0800570-53.2021.8.14.0065 e 0851678-92.2021.8.14.0301, todos do Estado do Pará.
- (v) **Processos Ambientais** - A Companhia foi autuada administrativamente por, supostamente, ter deixado de atender condicionante da Licença de Instalação n.º 1180/2017, bem como teria constado informação equivocadas no Relatório do Subprograma de Afugentamento, Resgate e Soltura de Fauna, apresentado no âmbito do processo de licenciamento ambiental. Os principais casos nos quais se discute os temas aqui referidos são os seguintes: processo número 02015.004529/2019-87, 02015.004527/2019-98, 02015.004525/2019-07 e 02015.004526/2019-43, todos do Estado de Minas Gerais.

14 Patrimônio líquido

a. Capital social

Tendo em vista o excesso de capital social em relação ao objeto e às operações atualmente desenvolvidas pela sociedade, através de AGE realizada em 19 de julho de 2021, os sócios decidem pela redução do capital social, que passou de R\$ 2.771.001.000 (dois bilhões, setecentos e setenta e um milhões e um mil reais) para R\$ 2.291.001.000 (dois bilhões, duzentos e noventa e um milhões e um mil reais), resultando em uma redução de R\$ 480.000.000 (quatrocentos e oitenta milhões de reais), pelo cancelamento de 480.000.000 (quatrocentas e oitenta milhões) de ações ordinárias nominativas, em conformidade com o artigo 173 da lei nº 6.404/76. Dessa forma, o capital social da Companhia passa de R\$ 2.771.001.000 (dois bilhões, setecentos e setenta e um milhões e um mil reais) para R\$ 2.291.001.000 (dois bilhões, duzentos e noventa e um milhões e um mil reais), representado por 2.291.001.000 (dois bilhões, duzentas e noventa e um milhões e um mil) ações ordinárias nominativas sem valor nominal com preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	2021 e 2020
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99%
International Grid Holdings Limited	0,01%
	<hr style="border-top: 1px solid black;"/>
	100%

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76.

c. Reserva de retenção de lucros

O saldo acumulado de reserva de retenção de lucros em 2020 foi de R\$ 1.020.440.802 (um bilhão, vinte milhões, quatrocentos e quarenta mil e oitocentos e dois reais)

Em 2021 a Companhia destinou para a conta de reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes não distribuídos após o cálculo da reserva legal, pagamento de dividendos adicionais e reversão da reserva especial de lucros a realizar, ficando disponível o montante R\$ 1.960.759.130 (um bilhão, novecentos e sessenta milhões, setecentos e cinquenta e nove mil e cento e trinta reais) na forma de retenção de lucros para pagamentos futuros conforme determinação dos Acionistas, de acordo com proposta de orçamento de Capital aprovada

d. Reserva especial de lucros a realizar

Em 01/01/2018, a Companhia destinou para a conta de reserva especial de lucros a realizar os resultados decorrentes da adoção inicial do CPC 47 no montante de R\$ 676.330.948 (seiscentos e setenta e seis milhões, trezentos e trinta mil, novecentos e quarenta e oito reais). Esses valores também foram base para a constituição de reserva legal. Em 2021 esse valor foi revertido e passou a integrar a reserva de retenção de lucros.

e. Reserva de incentivos fiscais

A XRTE é elegível a incentivo fiscal regional por meio de redução do imposto de renda pessoa jurídica (CIT) com base em método de cálculo denominado "Lucro da Exploração" por estar localizada na região sob jurisdição da SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia).

Esse benefício corresponde a uma redução de 75% sobre as receitas auferidas com a concessão do serviço público das linhas de transmissão de energia elétrica localizadas na área incentivada pelo período de 10 anos.

O incentivo fiscal foi concedido à Companhia pela Receita Federal do Brasil (RFB) por meio do despacho decisório nº 103/2021 de fevereiro de 2021, podendo ser fruído de janeiro de 2020 a dezembro de 2029.

De acordo com a legislação em vigor, o valor dos tributos não recolhidos em decorrência das isenções e reduções da carga tributária não pode ser distribuído aos acionistas e deve ser registrado como reserva de incentivos fiscais à pessoa jurídica. Essa reserva só deve ser utilizada para compensar prejuízos ou para aumentar o capital da Companhia.

Embora tenha sido emitido no ano calendário de 2021, o despacho decisório da RFB retroage ao ano anterior, portanto, o incentivo fiscal pode ser gozado a partir de janeiro de 2020.

De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 24, o valor deve ser registrado na reserva de incentivos fiscais das demonstrações financeiras correntes por se tratar de um evento ocorrido entre o encerramento do exercício e a data final de emissão das demonstrações financeiras.

O valor acumulado do benefício concedido à Companhia é de 34.005.120 (trinta e quatro milhões, cinco mil, cento e vinte reais) em 31 de dezembro de 2021.

f. Dividendos e juros sobre capital próprio

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76.

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	387.963.578	660.741.412
Reserva legal (5%)	<u>(19.398.179)</u>	<u>(33.037.071)</u>
Base de cálculo para os dividendos	<u>368.565.399</u>	<u>627.704.341</u>
Dividendo mínimo obrigatório	<u>3.685.654</u>	<u>6.277.043</u>
Provisão de juros sobre capital próprio	<u>(58.645.007)</u>	<u>(115.120.830)</u>

Conforme AGO de 08 de julho de 2020, considerando o saldo de reserva de lucros existente da Companhia, foi aprovado a distribuição de dividendos adicionais no valor de R\$ 110.859.115 (cento e dez milhões, oitocentos e cinquenta e nove mil e cento e quinze reais) a serem pagos aos acionistas ao longo do ano, na proporção de sua participação acionária. Esse valor, assim como todo o montante decorrente de dividendos provisionados foram pagos em 06 de agosto de 2020.

Em 28 de dezembro de 2020, foi aprovado o pagamento de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 115.120.830 (cento e quinze milhões, cento e vinte mil e oitocentos e trinta reais) referente ao exercício social de 2020. O valor do imposto de renda devido sobre os juros sobre capital próprio foi de R\$ 17.268.124 (dezesete milhões, duzentos e sessenta e oito mil e cento e vinte e quatro reais) o que gerou um valor líquido a pagar de R\$ 97.852.706 (noventa e sete milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil e setecentos e seis reais). Esse montante foi pago em julho de 2021. Devido o valor ter sido superior ao valor do dividendo mínimo obrigatório, não houve provisão do mesmo para o exercício de 2020.

Através da ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de junho de 2021, tendo em vista o saldo acumulado da conta de reserva de lucros existente da Companhia, apurado em seu último balanço anual, a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 49.575.471 (quarenta e nove milhões, quinhentos e setenta e cinco mil, quatrocentos e setenta e um reais). Esse montante, bem como o valor de dividendos de exercícios anteriores, foi pago em agosto de 2021 totalizando R\$ 50.064.523 (cinquenta milhões, sessenta e quatro mil, quinhentos e vinte e três reais).

Através da ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de dezembro de 2021, a Administração aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 58.647.007 (cinquenta e oito milhões seiscentos e quarenta e sete mil e sete reais) referente ao exercício social de 2021. O valor do imposto de renda devido sobre os juros sobre capital próprio foi de R\$ 8.798.751 (oito milhões, setecentos e noventa e oito mil, setecentos e cinquenta e um reais) o que gerou um valor líquido a pagar de R\$ 49.848.255 (quarenta e nove milhões, oitocentos e quarenta e oito mil, duzentos e cinquenta e cinco reais). Esse montante foi totalmente pago em dezembro de 2021. Devido ao valor ter sido superior ao valor do dividendo mínimo obrigatório, não houve provisão do mesmo.

15 Receita operacional líquida

	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional bruta (i)	<u>1.802.280.524</u>	<u>1.680.013.673</u>
Receita de operação e manutenção	248.507.845	239.335.226
Remuneração do ativo de contrato	1.479.816.802	1.442.547.941
Outras receitas	73.955.877	(1.869.494)
Deduções da receita operacional	<u>(187.230.813)</u>	<u>(172.362.177)</u>
Pis e Cofins (correntes)	(136.154.238)	(127.824.826)
Pis e Cofins (diferidos)	(30.556.711)	(27.576.439)
P&D	(13.152.636)	(12.334.035)
TFSEE	<u>(7.367.228)</u>	<u>(4.626.877)</u>
	<u>1.615.049.711</u>	<u>1.507.651.496</u>

- (i) O reconhecimento da receita baseia-se no reconhecimento do direito adquirido de receber as RAPs reajustadas via homologação da ANEEL dentro do exercício fiscal da própria homologação, de forma a sempre trazer para o ano da homologação em si um impacto mais completo e corrigir parcialmente eventuais descasamento de inflação. Dessa forma, o alto patamar atingido pela inflação ao longo de 2021 trouxe impacto representativo na RAP homologada para o ciclo 2021-2022 e, por conseguinte, a Companhia considerou como razoável reconhecer a diferença entre a RAP projetada no modelo (a uma inflação mais baixa) e a RAP do ciclo atual homologada pela ANEEL, dentro do próprio exercício.

16 Custo da operação

	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal	(30.013.071)	(28.452.542)
Administradores	-	(95.800)
Material	(4.291.734)	(3.236.803)
Serviços de terceiros	(13.186.759)	(12.390.728)
Arrendamentos e aluguéis	(1.340.389)	(2.648.548)
Seguros	(4.634.557)	(4.366.190)
Tributos	(2.620.388)	(2.419.308)
Custo de operação e manutenção (i)	(7.846.360)	(18.265.771)
Outras (ii)	(7.249.910)	(5.081.429)
	<u>(71.183.168)</u>	<u>(76.957.119)</u>

- (i) Variação refere-se substancialmente a alta adição de máquinas e equipamentos, veículos e móveis e utensílios em 2020.
- (ii) Variação refere-se ao aumento dos custos com comunicação e telecomunicação.

17 Despesas gerais e administrativas

	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal (i)	(11.100.869)	(15.257.003)
Materiais	(508.801)	(47.917)
Serviços de terceiros	(1.875.463)	(1.958.463)
Arrendamentos e aluguéis	(1.846.790)	(2.170.357)
Provisão (ii)	(848.125)	(1.702.637)
Tributos	(67.284)	(3.517.204)
Depreciação e amortização	(645.733)	(584.581)
Seguros	(20.703)	(484.367)
Doações (iii)	(458.252)	(9.834.764)
Outros	(1.592.712)	(2.214.654)
	<u>(18.964.732)</u>	<u>(37.771.947)</u>

- (i) Variação refere-se ao retorno de funcionários chineses do Brasil para China.
- (ii) Variação refere-se substancialmente a provisão para perda de crédito esperada (PCE).
- (iii) Variação refere-se a doações feitas pela Companhia no exercício de 2020 para contribuir com os esforços governamentais e mitigar os efeitos da pandemia conforme nota explicativa 1.3

18 Outras receitas/ (despesas) operacionais

Neste grupo apresentamos as receitas e despesas não vinculadas a concessão

	31/12/2021	31/12/2020
Reserva SUDAM (i)	(3.642.459)	37.647.579
Receitas de Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura (CCI) (ii)	1.729.375	277.972
Gastos Diversos Serviços de O&M	(681.903)	(634.274)
Serviços de terceiros	(618.019)	(624.152)
Outras receitas	<u>(160.613)</u>	<u>(27.486)</u>
	<u>(3.373.619)</u>	<u>36.639.639</u>

- (i) Valor refere-se a reserva incentivo fiscal que foi concedido à Companhia pela Receita Federal do Brasil (RFB) por meio do despacho decisório nº 103/2021 de fevereiro de 2021. Variação refere-se a redução da proporção de incentivos fiscais de anos anteriores contabilizados em 2021.
- (ii) Variação refere-se a faturamentos de contratos novos de CCI e da receita de dispêndios (reembolso do custo dos estudos técnicos vinculados à concessão da Companhia ganhadora do Leilão nos termos do art. 21 da lei 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.)

19 Resultado financeiro

	31/12/2021	31/12/2020
Receita financeira	<u>27.923.704</u>	<u>13.208.682</u>
Receitas de aplicações financeiras (i)	26.969.308	13.707.091
Outras receitas financeiras (ii)	2.318.169	147.155
Tributos sobre receitas financeiras	(1.363.773)	(645.564)
Despesa financeira	<u>(924.555.374)</u>	<u>(521.758.002)</u>
Juros sobre empréstimos - terceiros	(314.651.551)	(307.233.177)
Juros empréstimos partes relacionadas (iii)	(16.315.188)	(40.497.930)
Atualizações TLP (iv)	(524.212.057)	(167.622.293)
Variações monetárias (v)	(64.519.133)	-
Multas e acréscimos moratórios (vi)	(624.329)	(1.924.682)
IOF, comissões e taxas	(15.103)	(65.134)
Outras despesas financeiras	<u>(4.218.013)</u>	<u>(4.414.786)</u>
	<u>(896.631.670)</u>	<u>(508.549.320)</u>

- (i) Variação refere-se substancialmente ao aumento das aplicações em CDB/CDI ao longo do ano de 2021.
- (ii) Variação refere-se substancialmente a atualização monetária (SELIC) do saldo negativo de IRPJ e CSLL de 2017 a 2019.
- (iii) A redução nos juros de empréstimos com partes relacionadas ocorreu devido à quitação do empréstimo com a SGBH em 2021, conforme mencionado na nota explicativa 11.
- (iv) Variação refere-se devido a alta na taxa TLP do empréstimo com o BNDES calculada também com a meta da inflação.
- (v) Variação monetária da debênture emitida em julho/21.
- (vi) Variação refere-se substancialmente ao pagamento de multa de ICMS em 2020.

20 Conciliação do imposto de renda e contribuição social (lucro real)

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	624.896.522	921.012.749
Adições/Exclusões não dedutíveis	22.614.599	26.222.525
Ajustes ICPC 01	(553.300.182)	(389.323.023)
Doações e subvenções para investimento	3.642.459	(37.647.579)
Juros s/ Capital Próprio	<u>(58.645.007)</u>	<u>(115.120.830)</u>
Lucro Real	<u>39.208.391</u>	<u>405.143.842</u>
Compensação PF/BN (30%)	<u>(11.762.517)</u>	<u>(121.543.152)</u>
Lucro Real (Após Compensação)	27.445.874	283.600.690
IRPJ Antes Inc. Fiscais (25%)	(6.837.468)	(70.876.172)
Inc. Fiscais	524.270	972.799
IRPJ devido (25%)	(6.313.198)	(69.903.373)
CSLL (9%)	<u>(2.470.129)</u>	<u>(25.524.062)</u>
IR e CS correntes (ajuste de anos anteriores) (i)	27.659.397	-
IR e CS correntes	(8.783.327)	(95.427.435)
IR e CS diferidos	<u>(255.809.014)</u>	<u>(164.843.902)</u>
	<u>(236.932.944)</u>	<u>(260.271.337)</u>
Alíquota efetiva	1%	11%

- (i) A Companhia ajustou a tributação das Receitas de O&M (IFRIC 12) referente ao ano calendário de 2020, o que ocasionou o ajuste no ano calendário de 2021

21 Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e Companhias do Grupo, os quais são efetuados em condições usuais de mercado, os quais:

21.1 Ativo

	31/12/2021	31/12/2020
Contas a receber - partes relacionadas	<u>10.276</u>	<u>20.350</u>
Outros	10.276	20.350

21.2 Passivo

	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores - partes relacionadas	<u>37.400</u>	<u>1.021.389.158</u>
Serviços de engenharia SGSE (i)	37.400	281.752
Outros	-	3.779
Empréstimos com a SGBH (nota explicativa 11)	-	1.021.103.627

21.3 Resultado

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado - partes relacionadas	<u>(18.829.093)</u>	<u>(43.120.821)</u>
Aluguel (ii)	(1.832.469)	(1.998.739)
Serviços de engenharia SGSE (i)	(681.436)	(624.152)
Juros de empréstimo com a SGBH (nota explicativa 19)	(16.315.188)	(40.497.930)

- (i) A State Grid Serviços de Engenharia S.A. (“SGSE”) é uma Companhia do Grupo SGBH criada para prestação de serviços técnicos profissionais de engenharia do proprietário, fiscalização e comissionamento para projetos e estudos relacionados a acesso de terceiros em subestações de energia. Em 13 de agosto de 2020 a XRTE assinou contrato com a SGSE para a prestação dos serviços técnicos profissionais de engenharia do proprietário, fiscalização e comissionamento, para análise, elaboração de estudos e projetos, ensaios e testes, verificação de conformidade em equipamentos e sistemas, bem como aprovação técnica para acesso da concessionária de transmissão Mantiqueira, na subestação de energia Terminal RIO – 500kV.
- (ii) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH. A SGBH detém o direito sobre o prédio o qual opera e faz o rateio do aluguel para as subsidiárias, situadas no mesmo prédio.

21.4 Remuneração da Administração (pessoal – chave)

As remunerações de empregados das funções executivas da Companhia reconhecidos no resultado do período, estão apresentadas como segue:

Valores reconhecidos no resultado	31/12/2021	31/12/2020
Remuneração fixa e variável (*)		
Salário	1.775.481	3.766.511
Benefícios diretos e indiretos	805.207	227.375
Encargos	752.250	1.029.354
Provisões (13 salário, férias e bônus)	<u>175.265</u>	<u>188.569</u>
Valor total da remuneração	3.508.203	5.211.809

- (*) Pró-labore, encargos, benefícios diretos e indiretos (plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida e ticket refeição/alimentação) e bônus. Variação refere-se substancialmente a variações na remuneração de expatriados

22 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

O valor justo dos instrumentos financeiros relacionados no item 22.1, não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - “inputs”, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (“inputs” não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

22.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo por meio de resultado	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	5	610.338.736	220.251.506
Títulos e valores mobiliários	7	139.102.092	126.866.480
Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Contas a receber - partes relacionadas	21	10.276	20.350
Concessionárias e permissionárias	6	152.522.264	139.129.270
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores	10	204.761.781	242.113.833
Fornecedores Partes relacionadas	21	37.400	285.531
Empréstimos e financiamentos	11	6.452.484.667	5.033.351.090
Empréstimos partes relacionadas	11	-	1.021.103.627

Para o cálculo do valor de mercado das debêntures, projetaram-se os recebimentos provenientes desta ao longo de um fluxo de caixa considerando as seguintes premissas: (a) índice e taxa indicativa ANBIMA provenientes de debêntures semelhantes (setor, indexador, duration) para os casos onde a debênture analisada não constar na base ANBIMA e (b) curva de amortização do agente fiduciário. O valor deste fluxo a valor presente é a abordagem de mensuração do valor justo.

Conforme tal metodologia, o valor justo das debêntures para a Companhia pode ser observado conforme o quadro abaixo:

- **Saldo contábil:** R\$ 1.161.321.016
- **Cálculo valor justo:** R\$ 1.015.262.561

22.2 **Gestão de risco**

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a. Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b. Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros do Grupo remunerados por juros, conforme reportado à Administração, está apresentado abaixo:

Efeito em Reais	31/12/2021	31/12/2020
Ativos Financeiros		
Caixa e equivalente	610.338.736	220.251.506
Títulos de Valores Mobiliários	139.102.092	126.866.480
Contas a receber partes relacionadas	10.276	20.350
Concessionária e Permissionárias	152.522.264	139.129.270
Passivos Financeiros		
Empréstimos e financiamentos - terceiros	6.452.484.667	5.033.351.090
Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	-	1.021.103.627

c. Riscos cambiais

Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações materiais em função da natureza das atividades da Companhia. Adicionalmente, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

d. Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações.

Os riscos de créditos relacionados às contas a receber (concessionárias e permissionárias) são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a Companhia apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento da garantia dos contratos.

e. Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

23 Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

24 Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

Ativo	Tipo de cobertura	31/12/2021	31/12/2020
Responsabilidade civil	Risco civil	30.000.000	30.000.000
Seguro patrimonial	Risco operacional	5.414.633.000	5.414.633.000
Veículos	Carros	9.307.120	6.504.948
Equipamentos	Equipamentos	9.324.860	951.600,00
		<u>5.463.264.980</u>	<u>5.452.089.548</u>

25 Compromissos assumidos

A Companhia assinou até o presente momento contratos de construção e fornecimento de materiais da linha de transmissão, cujo o saldo a pagar refere-se ao montante total de R\$ 3.948.941 (três milhões, novecentos e quarenta e oito mil e novecentos e quarenta e um reais). Esses contratos serão pagos conforme medições realizadas por pessoal técnico e recebimento de materiais conforme previstos nas suas cláusulas. As datas de assinatura e o cronograma de vencimentos estão abaixo:

Número Contrato	Fornecedor	Descrição	Data	Total
XRTE-ENG-2018-0547	ACX ENGENHARIA LTDA	Contrato para elaboração e construção de 10 (dez) instalações / sedes e subsedes de manutenção e operação	31/10/2018	632.043
XRTE-ADM-2019-0985	DORACI MARIA FAIZ KUSTER	Contrato aluguel apto chineses em Altamira	30/09/2020	46.442
XRTE-AD-2021-3908	LACUS SERVICE LOCAÇÃO EIRELI	Contrato serviço de limpeza SS Xingu	08/03/2021	590.626
XRTE-AD-2021-4164	J. S. SOARES TRANSPORTES LTDA	Contrato serviço de transporte SS Xingu	03/11/2021	839.300
XRTE-UHV-2021-4172	BIRD SOLUTIONS E TECNOLOGIA – EIRELI	Contrato de locação de repetidoras para SS Xingu	12/11/2021	84.000
XRTE-UHV-2021-4473	WECOM COM DIST E SERV EM TEC DA INFORMACAO S.A.	Contrato de fornecimento de byne table	16/12/2021	154.580
XRTE-LD-2019-0987	Amaro, Antunes e Mourão Advogados Associados	Consultoria e assessoria jurídica	02/09/2019	1.601.950
				3.948.941

Cronograma de vencimento	Em R\$
2022	2.287.835
2023	1.029.156
2024 em diante	631.950
	3.948.941